



pies.lecadobalio@gmail.com
telf. - 229578590

PIES

PROJECTO DE INTEGRAÇÃO ESCOLAR E SOCIAL UM CHAPELEIRO NO PAÍS DAS MARAVILHAS

MARIA DO CÉU MAGALHÃESⁱ E SÓNIA COSTA PINTOⁱⁱ

“Neste mundo cabe tudo, mesmo o que não tem cabimento. Cada um é como é. Não vale a pena entendermo-nos ou tentarmos concordar. O que é engraçado é sermos diferentes e, sendo diferentes, podermos discutir. A discussão – o desentendimento – é não só a prova de que existimos e somos diferentes, como um luxo; mas também uma recompensa por sermos capazes de nos compreendermos uns aos outros”.

Miguel Esteves Cardoso

[cit In “As Aventuras de Alice no País das Maravilhas”, 2010]

Este artigo reflecte a experiência de duas profissionais, técnicas superiores de serviço social e de psicologia, que trabalham há largos anos com menores em risco. A primeira, pelo trabalho desenvolvido durante 14 anos na CPCJ de Matosinhos, dos quais os últimos 6 na qualidade Presidente e a segunda técnica, que durante 8 anos assumiu a co-coordenação dos Serviços de Psicologia e Orientação das escolas da DREN e psicóloga consultora dos estabelecimentos de ensino da Região Norte em situações de risco extremo.

Os últimos 2 anos lectivos foram de trabalho conjunto dele resultando a concepção e a implementação de um projecto em contexto escolar de risco que espelha as convicções profundas que comungam sobre um paradigma de combate ao fenómeno da exclusão escolar e social: A Escola para além dos seus portões, no trabalho de envolvimento dos recursos pessoais, familiares, e da comunidade local, enquanto vértice congregador dos múltiplos contextos do ciclo vital das sociedades.



UM CHAPELEIRO NO PAÍS DAS MARAVILHAS

Paradigma ecológico, desenvolvimental, construtivista

“Aqueles vêem assim o mundo; estes vêem assado; eu só vejo que diferentes são as maneiras como vêem e, sobretudo, as maneiras com que o mundo pode ser visto, caso não se olhe para ele com olhos de ver”

Miguel Esteves Cardoso

[cit In “As Aventuras de Alice no País das Maravilhas”, 2010]

O entendimento do indivíduo como resultado das suas experiências de vida desde o seu nascimento acarreta a exigência de que o trabalho a ele dirigido seja indissociável da compreensão dos contextos que as proporcionaram. A realidade de hoje possibilita às crianças e jovens uma multidiversidade e complexidade de estímulos, características culturais identificadoras da sociedade do século XXI. Desde que nasce, a criança vive rodeada de uma miríade de incentivos ao rápido consumo e de exigências de satisfação de necessidades e resposta imediata, ainda mais estruturantes do seu desenvolvimento como pessoa. Todos os dias nos confrontamos com telemóveis, playstation, computadores, e, obviamente, a televisão. Os meninos nascem a correr e vivem numa prova de fundo a velocidade alucinante. Já não têm tempo para imaginar, sonhar ou mesmo pensar. Sobrepõem-se o imediatismo e o consumismo ao esforço e à serenidade. Sobreviver perante tamanhos obstáculos implica construir significados sobre os diferentes contextos em que cada um existe como pessoa.



Esta é uma “*geração multitarefa*” que vive numa realidade que não é uma ou uniforme, pelo contrário é múltipla e diversa, mutável, de rápida absorção e fácil desinteresse. Cabe-lhe a tarefa de reconstruí-la. Mas, para além disso, cada um tem que interpretá-la e reinventá-la a partir dos recursos de que dispõe e das verdades que os outros significativos – actores afectivos em diferentes contextos, em cada momento, ajudam a construir sobre o próprio e sobre o outro.

O modelo ecológico, desenvolvimental e construtivista do indivíduo enriquece o seu entendimento por concebê-lo como um processo no seu tecido relacional significativo, nos



seus espaços de vida, no entrelaçar da sua trama social, no domínio simbólico que constrói e é por ele construído, gerando representações que podem ou não corresponder às diferentes realidades, pressupondo múltiplas acções e tarefas.

Nesta perspectiva, facilmente se adivinham as dificuldades profundas de cada aluno quando vive o desencontro entre os significados que construiu para os papéis que deve desempenhar em cada contexto e a realidade do que neles lhe é exigido. Por exemplo, na família espera-se que os pais sejam figuras significativas protectoras, de segurança, que estabelecem as regras e os limites; para muitos meninos que conhecemos, a realidade é a de que os pais são agressivos, desligados da sua vida, e que deixam aos filhos o cargo de tomarem a responsabilidade de se auto-regularem, em convivência com pares em semelhantes dificuldades de definição, em ambientes descontrolados e motivados por um acção de exploração e conhecimento momentâneo dos quais nascem impulsos, vontades e curiosidades.

No contexto escolar espera-se que os professores sejam também figuras significativas protectoras, de segurança, que estabeleçam as regras e os limites, semelhantes aos pais; na realidade, aqueles são seres diversos que impõem diferentes exigências e adaptações. Na sociedade, os adultos são figuras de autoridade, no entanto muitos são desinvestidos da acção de controlo, por demissão, por incapacidade, por imaturidade, passando a criança a definir-se, de um modo solitário, como **“sou eu quem manda! quem tem que decidir! Sou quem estabelece, sou eu quem sabe, quem tem que satisfazer as minhas necessidades!”**; então **“se cometer um pequeno ou maior delito para ter tudo aquilo que os outros meninos também têm, não me acontece nada”**. Uma acção, um privilégio, uma compensação - se esta é superior ao risco, e se a criança convive naturalmente com estratégias transgressivas facilitadoras do “prémio”, reforçado pelo imediatismo da satisfação, é precisamente esta verdade de risco extremo que urge reverter.



pies.lecadobalio@gmail.com
telf. - 229578590

PORQUE É QUE A ALICE FOI PARA O PAÍS DAS MARAVILHAS

“As crianças precisam de ser espantadas. Pode ser por maravilha. Ou por medo. Ou curiosidade. E têm que ser espantadas a um ritmo muito rápido.”

Miguel Esteves Cardoso

[cit In “As Aventuras de Alice no País das Maravilhas”, 2010]

À primeira vista, a Freguesia de Leça do Balio, e o Agrupamento de Escolas de Leça do Balio, onde trabalhamos há mais de dois anos, revela um contexto social de risco elevado semelhante a muitos outros do Concelho de Matosinhos. A sua caracterização social passa por identificar **factores de risco** de natureza **económica**, como desemprego das famílias, salários reduzidos, reformas exíguas; de natureza **habitacional**, habitações em estado avançado de degradação, sem as condições mínimas de habitabilidade (tipo ilhas), sem saneamento básico, para além de conjuntos habitacionais problemáticos, com cerca de 300 famílias. Acrescem alunos provenientes de outros conjuntos habitacionais, igualmente problemáticos, fora da freguesia; de natureza **educacional**, como dificuldades de aprendizagem, abandono precoce da escolaridade obrigatória, comportamentos desviantes, falta de motivação pela escola, desvalorização da educação/qualificação por parte das famílias; de natureza da **protecção social e cidadania**, como a falta de informação e acesso aos direitos sociais, a dificuldade de integração de idosos em lar ou equipamentos semelhantes; de natureza da **saúde**, pela insuficiente cobertura de serviços; de natureza de **emprego**, pelas dificuldades de inserção profissional – baixas habilitações académicas e qualificações profissionais, desadequação entre a oferta e a procura, as precárias condições de trabalho que são propostas aos trabalhadores.





A RAINHA DE COPAS E OS SEUS EXÉRCITOS

“O mal da rainha de copas não é ser má - é ter poder para transformar as maldades em ações”

Miguel Esteves Cardoso

[cit In “As Aventuras de Alice no País das Maravilhas”, 2010]

Todas as condições acima citadas reflectem-se no contexto escolar, condicionando o sucesso educativo dos nossos alunos. Os significados construídos por cada um, desde que nasce, sobre si próprio e sobre os outros significativos - adultos e pares - constituem os recursos pessoais que traz consigo para o novo contexto – a escola - e para as novas relações que aí vai estabelecer. É também nele que se confronta, na maioria dos casos pela primeira vez, com experiências de atitudes e comportamentos de risco dos pares, em crescendo na população escolar – violência e a agressividade, vandalismo, roubo, linguagem e conduta impróprias, falta de higiene pessoal e discriminação negativa; alunos com necessidades educativas especiais de carácter prolongado e a sua integração em turmas do ensino regular, com os colegas, em número elevado, em risco de abandono escolar sem completarem a escolaridade obrigatória.

INSTRUMENTO DE OPERACIONALIZAÇÃO EDUCATIVA NO AGRUPAMENTO

CONDIÇÕES DE PROMOÇÃO DESENVOLVIMENTO PESSOAL E SOCIAL E DO SUCESSO EDUCATIVO DE TODOS OS ALUNOS, ESPECIALMENTE DAQUELES QUE SE ENCONTRAM EM SITUAÇÕES DE RISCO DE EXCLUSÃO SOCIAL E ESCOLAR,

APROPRIAÇÃO DE UM SENTIMENTO DE EMPOWERMENT NO COMBATE A ESTES FENÓMENOS SOCIOECONÓMICOS E CULTURAIS.

Face a tal realidade o Agrupamento foi encontrando, ao longo dos anos, respostas em oferta curricular alternativa, concretizada em Cursos de Educação e Formação [CEF] e Percursos Curriculares Alternativos [PCA]. Contudo, com todas as virtudes que têm estas opções alternativas qualificantes, deixam ainda espaço para a confrontação diária com as realidades de risco, bem como com uma franja de alunos que se mantêm no limiar do abandono.



pies.lecadobalio@gmail.com
telf. - 229578590

CHESHIRE CAT – SEMPRE PRESENTE, MUITAS VEZES INVISÍVEL

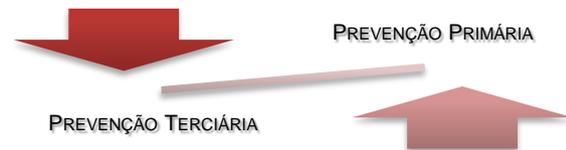
A CONSTRUÇÃO DO PROJECTO DE INTERVENÇÃO

“Os princípios são tão principais como os fins são finais. Em cada um acontecem muitas coisas, mas todos são cheios de buracos para serem preenchidos pelas perguntas das crianças e pelas respostas – estimuladamente difíceis – dos adultos.”

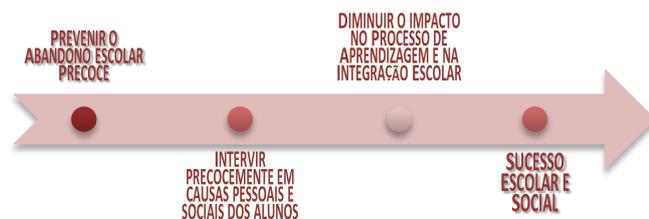
Miguel Esteves Cardoso

[cit In “As Aventuras de Alice no País das Maravilhas”, 2010]

A tomada de consciência do impacto determinante do contexto sociocultural e económico envolvente ao Agrupamento de Escolas de Leça do Balio na forma como a maioria dos alunos e suas famílias conceitualizam e valorizam a escolarização, a formação e a qualificação profissional e verificando a manutenção de percursos de exclusão social apesar das respostas persistentes de alternativas qualificantes, conduziram à decisão de acrescentar uma **intervenção biopsicossocial e educativa** materializada no **Projecto de Integração Escolar e Social – PIES**.



O PIES reflecte uma mediação promotora de prevenção do risco, bem como acrescenta a mais-valia de complementar o restante trabalho de remediação já existente na filosofia do Agrupamento de Escolas. Parte das dificuldades escolares e sociais de cada aluno e, por considerar que as necessidades da população escolar são evidentes neste domínio, entende dotá-los de competências para lidar com os seus handicaps. Operacionaliza-se através da apropriação de sentimentos de *empowerment* no combate aos fenómenos socioeconómicos e culturais, provindos de contextos socioeducativos promotores inequívocos da manutenção de ciclos de exclusão.



Os seus objectivos passam pela criação de condições que visem o sucesso educativo de todos os alunos, especialmente daqueles que se encontram em situações de risco de exclusão social e escolar.



pies.lecadobalio@gmail.com
telf. - 229578590

O *objectivo geral* visa a **Prevenção do Abandono Escolar Precoce**, através da intervenção *ex-ante* nas causas pessoais e sociais dos alunos e a diminuição do seu impacto no Processo de Aprendizagem e na sua Integração Escolar.

A concretização de tal objectivo passa pela definição de metas específicas como a **identificação de situações de risco** - falta de assiduidade; abandono escolar; problemas disciplinares; problemas sócio-familiares desfavoráveis; a **definição e implementação de medidas** que permitam minorar o impacto das problemáticas no processo de inserção

PROMOVER A IDENTIFICAÇÃO DE SITUAÇÕES DE RISCO

- FALTA DE ASSIDUIDADE; ABANDONO ESCOLAR; PROBLEMAS DISCIPLINARES; PROBLEMAS SÓCIO - FAMILIARES DESFAVORÁVEIS;....

DEFINIR E IMPLEMENTAR MEDIDAS

- MINORAR O IMPACTO DAS PROBLEMÁTICAS NO PROCESSO DE INSERÇÃO ESCOLAR E NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM;

ARTICULAR AS ACTUAÇÕES

- TODOS OS ACTORES NO PROCESSO EDUCATIVO DO ALUNO, SÃO CHAMADOS PROMOVER A SUA INTEGRAÇÃO ESCOLAR E O SEU SUCESSO EDUCATIVO.

escolar e no processo de aprendizagem, e a **articulação das actuações** de todos os intervenientes no processo educativo do aluno, no sentido de promover a sua integração escolar, e o seu sucesso educativo.

AS FASES DE IMPLEMENTAÇÃO

A PROPOSTA À DIRECÇÃO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS

Este é o momento zero – a clarificação do Projecto junto da Direcção é o momento chave das etapas que se seguem. A autorização e o apoio da Direcção para a validação do projecto junto da Comunidade Educativa são determinantes. A coordenação do projecto deve ser da responsabilidade de um dos seus elementos. Caso contrário está, desde logo, condenado ao fracasso.

A CONSTITUIÇÃO DA EQUIPA

Identificam-se os elementos-chave da Comunidade Educativa a envolver na execução do projecto, tendo em conta as funções desempenhadas. De notar que estes constituem a “equipa alargada”, sendo designada uma equipa operativa – Equipa PIES – de

MEMBROS	FUNÇÕES
COORDENADOR DA EQUIPA	Coordenação do trabalho da Equipa Encaminhamento das situações sinalizadas
COORDENADOR DO PRÉ-ESCOLAR	Articulação do trabalho da Equipa com o Pré-Escolar
COORDENADOR DO 1º CICLO	Articulação do trabalho da Equipa com o 1º Ciclo
COORDENADOR DO 2º CICLO	Articulação do trabalho da Equipa com o 2º Ciclo
COORDENADOR DO 3º CICLO	Articulação do trabalho da Equipa com o 3º Ciclo
PSICÓLOGA	Avaliação e acompanhamento de casos sinalizados
ASSISTENTE SOCIAL	Avaliação e acompanhamento de casos sinalizados
COORDENADOR DOS APOIOS EDUCATIVOS	Articulação do trabalho da Equipa com os Professores/Educadores dos Apoios Educativos
INTERLOCUTORA JUNTO DA C.P.C.J.	Articulação do trabalho da Equipa com a C.P.C.J.
PSICÓLOGA DO PROJECTO “E.P.I.S”	Articulação dos casos sinalizados e em acompanhamento
PSICÓLOGA DO PROJECTO “PROMOÇÃO DO SUCESSO EDUCATIVO...”	Articulação dos casos sinalizados e em acompanhamento
COORDENADOR DAS TUTORIAS	Articulação do trabalho da Equipa com o grupo dos professores tutores
REPRESENTANTE DA APEE	Promover o envolvimento dos Encarregados de Educação nos objectivos do PIES



pies.lecadobalio@gmail.com
telf. - 229578590

três elementos – a Coordenadora do Projecto – elemento da Direcção do Agrupamento, e a Equipa SPO - técnica superior de serviço social e psicóloga.

A IDENTIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO - ALVO

A Equipa Operativa traça o perfil dos alunos alvo de intervenção. Estes reúnem **uma ou várias** das seguintes características - *assiduidade irregular; risco de abandono escolar precoce; problemas de comportamento; dificuldades de integração escolar; problemas sócio - familiares.*

Embora estas sejam as características mais evidentes, nunca podemos deixar ao abandono todos aqueles com sintomas passivos – *os silenciosos, os isolados e os esquecidos*, sob pena de criar estigmas.

OS MATERIAIS DO PROJECTO

A criação de uma imagem de referência é fundamental para operacionalizar a divulgação do projecto, bem como alcançar os objectivos de envolvimento da comunidade educativa e identificação dos alunos em risco. Assim foram criados uma **imagem de marca – logótipo e estacionário e fichas de sinalização e caracterização demográfica** dos alunos do Agrupamento, para além dos relatórios tipo das diversas intervenções.

A DIVULGAÇÃO DO PROJECTO

Após a constituição da equipa, procede-se à divulgação do projecto junto da comunidade educativa, por forma a implicá-la na obtenção de resultados. Assim, a primeira etapa passa pela sua apresentação e aprovação em **Conselho Pedagógico**, clarificando canais de comunicação e procedimentos internos e externos de sinalização das situações de risco. Neste caso, todas as situações de risco e ligação às instituições externas ao Agrupamento, passam a ser da responsabilidade do PIES, após avaliação da situação de risco e da identificação das parcerias necessárias para cada momento de intervenção e minimização do risco.

A segunda etapa concretiza-se na reunião de **Coordenação de Directores de Turma** e de **Conselho de Docentes**, nas quais é dada a conhecer o PIES, a Equipa de Trabalho, os seus objectivos e materiais, em particular as Ficha de Sinalização e de Caracterização Demográfica do Agrupamento, as situações que se enquadram no âmbito da sua intervenção, sublinhando canais de comunicação e os procedimentos a adoptar. Esta é também uma das fases fundamentais, uma vez que se pretende a modificação de rotinas anteriormente instituídas de trabalho directo e pontual entre os professores e as instituições do meio, na sua maioria com efeitos a muito-curto prazo ou outras tantas vezes sem qualquer sucesso.



A terceira etapa passa pelo envolvimento das **Associações de Pais e Encarregados de Educação**. A divulgação é semelhante à dos docentes quanto às competências e alvos de intervenção do PIES. Contudo, esta é também uma oportunidade de ouro para realçar o papel determinante dos Pais e Encarregados de Educação para a prevenção do risco e na promoção do desenvolvimento pessoal e social dos seus filhos. Relembre-se a caracterização inicial da população da Freguesia de Leça do Balio, pelo que aproveitamos este momento para comprometê-los como parceiro no PIES.

A quarta etapa refere-se ao envolvimento do **Pessoal Não-Docente**, divulgando o projecto de modo semelhante aos actores anteriores. Com este grupo profissional é especialmente importante a sensibilização para a sua actuação em situações de risco a ocorrerem fora do contexto da sala de aula, as quais muitas vezes escapam aos olhos dos docentes, mesmo os mais atentos. Este é o grupo dos *cúmplices discretos*. São muitas vezes os olhos e os ouvidos nas situações em que não podemos ou devemos estar presentes directamente.

Mediante as necessidades identificadas, a Equipa PIES intervém, num primeiro nível junto dos **Alunos e sua Família**, avaliando a situação e os níveis de intervenção necessários.

Num segundo nível de intervenção, a Equipa PIES trabalha em Consultoria aos **Actores Internos à Escola** - Direcção, Coordenadores de Departamento Disciplinar, Coordenadores de Estabelecimento do 1º Ciclo e Pré-Escolar, Coordenadores de Directores de Turma, Directores de Turma e Professores Titulares de Turma, e Educadoras, Grupo de Educação Especial e Tutores. Ainda os serviços do SASE; Escola Segura e pessoal não-docente. Neste nível, actua conjuntamente com o Director de Turma ou Conselho de Turma, delineando estratégias conjuntas de actuação e acciona todos os meios para promover a integração e sucesso do aluno.

Num terceiro nível de intervenção, a Equipa PIES articula com os **Recursos da Comunidade** - C.P.C.J.; Instituto de Segurança Social, Direcção Geral de Reinserção Social, Tribunal de Família e Menores, Autarquia, Rede Social, ADEIMA, Rendimento Social de Inserção, Casas da Juventude, Serviços de Saúde (Centros de Saúde, Hospitais), dando a conhecer o plano de

AS MODALIDADES DE INTERVENÇÃO





intervenção definido nos dois níveis anteriores e acrescentando módulos de intervenção comunitária consentâneos e reforçadores da intervenção ecológica necessária com vista a alcançar a integração e sucesso do aluno.

SINALIZAÇÃO DAS SITUAÇÕES DE RISCO

A sinalização e caracterização das situações de risco podem ser efectuadas por qualquer órgão ou elemento da Escola (e.g. Direcção Executiva, Professor Titular, Director de Turma, Encarregado de Educação...), utilizando a **Ficha de Sinalização**. O canal de comunicação definido é o da sua entrega, devidamente preenchida, à Coordenadora do Projecto, Elemento da Direcção, que a faz chegar à Equipa.

No sentido de reforçar o trabalho de intervenção de primeiro nível, a Equipa PIES está presente nas Reuniões de **Conselho de Turma**, de **Coordenação de Ano** e **Pré-Escolar**, uma vez que estas se revelam momentos privilegiados para a discussão da sinalização de situações de risco.

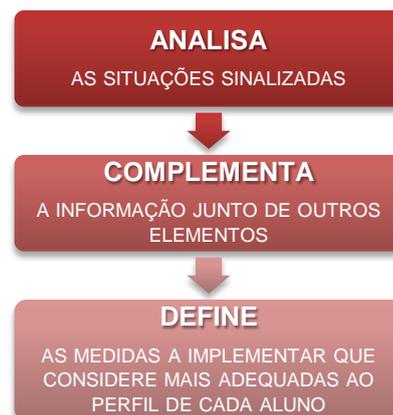
ANÁLISE E INTERVENÇÃO DE PROCESSO

Mediante a recepção da ficha de sinalização, a Equipa PIES analisa os dados nela constantes, e que podem apresentar-se segundo duas tipologias de sinalização. A primeira é aquela feita por um sinalizador que recolheu bastante informação escolar e social do aluno, sendo que a Equipa PIES adopta uma metodologia confirmatória dos dados, assim como da actualização dos que o justifiquem.

A segunda, cada vez mais corrente, é aquela em que o sinalizador suspeita de uma situação de risco, mas a informação que detém para a consubstanciar é parca. Neste caso, a metodologia é a de complementar a informação junto de outros Recursos Internos à Escola e junto dos Recursos da Comunidade (cf. *as modalidades de intervenção*).

O passo seguinte, após a recolha de toda a informação possível, é o da definição das medidas de intervenção a implementar em função do perfil de cada situação de risco articulando, de acordo com a especificidade de cada caso, as respostas internas à Escola e da Comunidade.

De notar que em situações de risco extremo, que exijam a intervenção legal de promoção e protecção ou tutelar educativa, a Equipa PIES procede ao seu encaminhamento para a C.P.C.J.,





por verificar que foram esgotadas as suas possibilidades de actuação e a situação extravasou as suas competências legais.

FOLLOW-UP

Em todos os casos para os quais a intervenção mais próxima e sistemática já não se verifica, a Equipa procede ao acompanhamento de follow-up, reunindo com os respectivos Conselhos de Turma, Pais e demais actores, mesmo quando é já da responsabilidade da CPCJ ou Tribunal de Família e Menores.

MONITORIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO

Esta componente da intervenção é determinante do seu sucesso. Concretiza-se no acompanhamento sistemático de cada caso, na avaliação dos resultados dos diferentes momentos de intervenção e na reformulação ou definição de novas medidas a adoptar. Estabelecem-se, no início do ano lectivo, reuniões ordinárias da **Equipa Alargada** - 3 vezes por ano (1 por Período Lectivo), e sempre que se justifique. No caso da **Equipa Operativa**, a Coordenadora da Equipa, a Psicóloga e a Técnica Superior de Serviço Social reúnem regularmente, integrando estas reuniões outros elementos sempre que necessário, *e.g.* Elementos da Comunidade Local – Técnicos de Acompanhamento da Família - RSI, Directores de turma,...

OBJECTIVO

- ACOMPANHAR DE FORMA SISTEMÁTICA AS SITUAÇÕES, REFORMULAR OU DEFINIR NOVAS MEDIDAS.

REUNIÕES EQUIPA ALARGADA

- 3 VEZES POR ANO (1 POR PERÍODO LECTIVO), E SEMPRE QUE SE JUSTIFIQUE.

REUNIÕES EQUIPA OPERATIVA

- O COORDENADOR DA EQUIPA, A PSICÓLOGA E A TÉCNICA SUPERIOR DE SERVIÇO SOCIAL REÚNEM REGULARMENTE, INTEGRANDO ESTAS REUNIÕES OUTROS ELEMENTOS SEMPRE QUE NECESSÁRIO, (*E.G.* DIRECTORES DE TURMA,...)



UMA ALICE, DUAS ALICES, TRÊS ALICES.....

“A Alice é uma indecisa e uma vítima das circunstâncias”

Miguel Esteves Cardoso

[cit In “As Aventuras de Alice no País das Maravilhas”, 2010]

O presente caso serve de ilustração da intervenção no âmbito do PIES.

CONTEXTO ESCOLAR

O Gabriel¹ frequenta o 2º CEB e foi sinalizado ao PIES no início do ano lectivo transacto pela Directora de Turma. Tem vindo a apresentar alterações comportamentais e emocionais graves. A sua integração no contexto de escola e sala de aula nunca foi conseguido plenamente. Recorre constantemente a comportamentos de violência e agressão, física e verbal, junto de colegas da escola, independentemente da turma, estendendo-a também a funcionários e professores.

Para além destes problemas, o Gabriel revela desmotivação completa pelas aprendizagens e todas as tarefas nelas envolvidas, rejeitando corresponder ao que lhe é pedido. São disso exemplo as faltas de assiduidade, faltas de material, absentismo interno, ou mesmo as situações de saída e/ou fuga da sala de aula.

Os relatos que faz sobre a sua família de origem são muitas vezes confabulados sobre quem são na realidade as pessoas, com quem vive e o relacionamento que com elas mantém.

O contexto escolar assume-se, nesta fase, como reactivo ao aluno, punindo os seus comportamentos segundo o regulamento interno do Agrupamento e o Estatuto do Aluno do Ensino Não-Superior.

AValiação e Intervenção de Processo – Fase I

A avaliação do processo iniciou por entrevista individual com o aluno e por entender o seu relacionamento com o grupo - turma. Pela fragilidade que demonstrou naquilo que são as suas verdades sobre si próprio e o outro nos diferentes contextos relacionais, decidiu-se deixar a intervenção já planeada do projecto (A)RISCOS² para a sua turma produzir efeitos no domínio

¹ Nome Fictício

² Projecto de trabalho nas aulas de Formação Cívica, elaborado e implementado pelo SPO, que proporciona a constituição de um grupo de confiança e apoio no qual se discute e se faz partilha pessoal entre os adolescentes e os seus pares. Visa o desenvolvimento pessoal e social dos alunos através do trabalho de competências de



dos estilos relacionais do Gabriel com os seus pares e com os adultos. A Equipa PIES intensificou o trabalho de consultadoria junto do Conselho de Turma e Direcção, sugerindo estratégias diferenciadas de intervenção em situações de comportamento disruptivo do Gabriel.

No sentido de clarificar a informação existente sobre a família de origem, foi realizada uma entrevista com a encarregada de educação, sua mãe. Uma das situações respeitava a descrição pormenorizada de abuso emocional por parte do “padrasto”. A mãe manifestou a sua profunda perplexidade, uma vez que todos os seus filhos são “filhos do mesmo pai”. Acrescentou que as perturbações de comportamento do filho existiam já desde o primeiro ciclo, que não compreendia porque aconteciam e se sentia impotente para as modificar, não acrescentando qualquer outra informação relevante. Foram apresentadas propostas de alteração de comportamentos, com responsabilização no desempenho do seu papel parental, mas sem sucesso.

Decidiu a Equipa PIES articular com os diferentes actores da comunidade, nomeadamente Rede Social, CPCJ e Serviços de Saúde, a informação existente do agregado familiar, no sentido de a complementar e, assim, efectuar uma avaliação e uma intervenção mais precisa.

CONTEXTO FAMILIAR

A informação recolhida permite caracterizar o contexto familiar como de risco muito elevado, com dominância de processos de negligência no acompanhamento do menor e do irmão mais novo [também aluno do Agrupamento] por parte dos progenitores, com quem vivem, acrescida de episódios frequentes de violência doméstica. A negligência concretiza-se em questões ligadas ao acompanhamento do sucesso educativo, à alimentação e higiene do Gabriel, ao estabelecimento de uma relação de vinculação de segurança, proporcionadora de desenvolvimento pessoal e social saudável. No que respeita a sua experimentação de laços emocionais positivos e valorativos da sua pessoa e no estabelecimento de limites na assunção de papéis familiares distintos e complementares – o Gabriel vive na nebulosa de limites entre

relacionamento interpessoal necessárias a todos os jovens, especialmente aqueles que estão em risco. Combina um modelo de intervenção em grupo, com um modelo psico-educacional centrado na construção de auto-eficácia em competências específicas como a gestão de problemas, a resposta empática, a mediação de conflitos, a resistência à pressão de pares e as competências de comunicação interpessoal.



quem é o progenitor/mãe e quem é o filho, entre quem dita as regras relacionais e quem as deve cumprir.

O Pai é a figura de autoridade junto do Gabriel. Impõe-lhe vivências de medo, uma vez que a sequência de acontecimentos que conduzem aos momentos de violência física contra a esposa começa por provocações ao filho, dizendo-lhe que ele não presta, não é bom, que vai para um “colégio”, até ao ponto em que a mãe sai em sua defesa e acabar por ser o alvo mais comum da agressão. Acresce a condição de desemprego da mãe, com total dependência financeira do marido.

AVALIAÇÃO E INTERVENÇÃO DE PROCESSO – FASE II

Os elementos recolhidos permitem a avaliação e intervenção psicológica e social junto do Gabriel e da família. Nova convocatória da mãe permitiu confrontá-la com a informação recolhida. Perante os factos negou a existência, no presente, de situações de violência por parte do marido, embora confirme a sua vivência no passado. O seu discurso focalizava as dificuldades do Gabriel em causa pessoais do mesmo, desviando a atenção destas vivências.

Propôs-se a sua integração social, explicando-lhe a possibilidade de articulação com os parceiros da comunidade. Anuiu à proposta, pelo que a Equipa PIES solicitou a sua integração em oferta formativa existente, nomeadamente para o desenvolvimento de competências parentais. Foi integrada, mas faltou sempre.

Manteve-se a monitorização da família pela impossibilidade de comprovar as suspeitas de violência. Tal opção revelou-se frutífera, uma vez que a última situação de violência muito grave ocorrida em sua casa e presenciada pelo Gabriel, conduziu um pedido de apoio por parte da mãe à Equipa PIES. Quando o fez, no início do presente ano lectivo, encontrava-se em fuga, estando com os filhos – Gabriel e o irmão mais novo em casa da filha mais velha. A mãe teve assistência hospitalar, pelo que houve participação policial. Contudo, não realizou perícia médico-legal e diz que o marido fez desaparecer todas as fotografias que tirou quando estava ferida. Garantiu à Equipa PIES que esta tinha sido a última vez e que ia pedir o divórcio. Em articulação com a Rede Social foi encaminhada para o apoio jurídico da Segurança Social e apoio ao arrendamento de uma habitação.

Presente na reunião com a mãe, o Gabriel exprimiu sentimentos de raiva, angústia em relação ao pai e de incapacidade extrema em poder concretizar a protecção dos outros elementos do



agregado familiar – “matava-o”. Para além disto, estas vivências de abuso têm favorecido no Gabriel o desenvolvimento de uma estrutura pessoal de pseudo-maturidade, assumindo a responsabilidade do “homem da casa”, defensor da mãe, irmão e sobrinha. Pelo facto de sair em defesa física da mãe, colocando-se entre os progenitores ou tentando agredir o pai, o Gabriel salvaguardou sempre o irmão mais novo. Passou a ser também do nosso conhecimento a verbalizou ideação suicida por parte da mãe junto da Gabriel, explicando assim o seu estado de hipervigilância nocturna, impeditiva de sono reparador – a maior parte das noites o Gabriel não dormia, conhecendo-se a ocorrência de os episódios de sonambulismo. O Gabriel confirmou não dormir bem e que, quando o faz, é durante muito pouco tempo.

Entende-se, assim, que o Gabriel apresenta um quadro sintomatológico de **Perturbação de Stress Pós-Traumático Crónico** (DSM-IV-TR, 2001), onde é preponderante a hipervigilância, a irritabilidade com ataques de ira, a dificuldade em manter ou conciliar o sono, a dificuldade em concentrar-se em qualquer tarefa e as respostas exageradas e de sobressalto, especialmente em situações de contacto físico.

Diligenciou-se junto da médica de família no sentido de proceder ao encaminhamento urgente do Gabriel para consulta de pedopsiquiatria. De modo a agilizar o processo de avaliação e acompanhamento por parte do Serviço do Hospital Maria Pia, reuniu a psicóloga do Agrupamento com a médica pedopsiquiatra que viria a seguir o processo do menor. Revelou-se inglório o esforço, uma vez que a mesma entendeu não considerar a avaliação psicológica e social já realizada em contexto escolar e que realçava a urgência de acompanhamento desta especialidade, e cingir-se aos procedimentos burocráticos internos ao Hospital. Como consequência, o aluno foi sujeito a novo processo de avaliação psicológica e social por parte dos técnicos daquele serviço, tendo como resultado final um única consulta de pedopsiquiatria na qual a médica concluiu pela não medicação do Gabriel, promovendo, assim, a manutenção do seu estado de saúde mental fragilizado, sem recursos pessoais – emocionais, cognitivos e comportamentais – que permitam a intervenção psicológica com resultados.

A natureza da problemática do aluno, o quadro comportamental de instabilidade, oposição à figura de autoridade do adulto e mesmo a incapacidade em manter aprendizagens das componentes académicas, foram clarificadas junto do Conselho de Turma, no quadro do trabalho de Consultoria da Equipa PIES.



pies.lecadobalio@gmail.com

telf. - 229578590

Apesar de todas as diligências efectuadas, a mãe do Gabriel mantém a conduta de vítima, retrocedendo nas decisões e compromissos assumidos com a Equipa PIES e restantes técnicos da Rede Social no sentido de promover a protecção aos filhos pelo afastamento do marido, tendo regressado pouco tempo depois do incidente à casa de morada de família.

Em consequência, as perturbações comportamentais do Gabriel agravaram-se. Pelo facto de ainda não estar em acompanhamento pedopsiquiátrico, entendeu a Equipa PIES acompanhar o aluno a nova consulta com a sua médica de família, que promoveu, de modo a providenciar urgentemente a sua avaliação médica e intervenção farmacológica. Mais uma vez, a mãe reincidiu na negligência neste domínio, negando-se a comprar a medicação ao filho, não por falta de recursos económicos. Perante tal atitude, a Equipa PIES delegou junto da irmã mais velha a responsabilidade de cumprir tal tarefa, solicitando a entrega da medicação cuja toma matinal é efectuada na escola, sob sua supervisão.

No presente ano lectivo o Gabriel tem tentado, e exemplo dos restantes colegas de turma, moderar o seu comportamento dentro da sala de aula, embora na maioria das vezes sem sucesso. Encontra-se em Acompanhamento pelo Plano de Acção Tutorial e Projecto SOS (Supervisão Orientada para o Sucesso)³, em consultoria com a Equipa PIES.

Atendendo à manutenção da situação de risco elevado do Gabriel e do irmão e, entendendo a Equipa PIES ter esgotado as suas competências legais, procedeu ao reforço da sinalização de risco junto da CPCJ – Matosinhos, a qual perante o incumprimento do acordo de promoção e protecção o fez transitar para o Tribunal de Família e Menores de Matosinhos. A Equipa PIES foi ouvida pelo mesmo tribunal, no âmbito do processo, cuja resolução passou pela determinação de uma medida de apoio junto de familiar – o Gabriel passou a ficar aos cuidados da irmã mais velha, saindo da casa de morada de família.

³ Projecto de Gestão Comportamental, elaborado e implementado pelo SPO, para alunos com graves Perturbações de Comportamento. A cada aluno é atribuído um professor regulador do seu comportamento num registo diário comum.



REFLEXÕES FINAIS

“Os problemas são o tédio e a serenidade, as soluções são a distração e as parvoíces.”

Miguel Esteves Cardoso

[cit In “As Aventuras de Alice no País das Maravilhas”, 2010]

OS FACTOS

FACTO 1

As taxas de sinalização de processos à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens sofreram uma redução altamente significativa.

FACTO 2

A eficácia das intervenções promotoras da integração escolar e social sofreu um aumento altamente significativo.

FACTO 3

A intervenção *in loco* da Equipa PIES exponencia o sucesso do projecto.

FACTO 4

A Comunidade Educativa de Leça do Balio reconhece o valor instrumental do PIES, recorrendo frequentemente ao apoio proporcionado pela Equipa Operativa.

FACTO 5

O corpo docente do Agrupamento adere a todas as propostas de intervenção feitas pela Equipa PIES, e entende o seu trabalho como factor de promoção educativa fundamental aos seus alunos em risco, permitindo-lhes o exercício e o autoconhecimento num espaço educativo e lúdico de “distração e parvoíce”.

FACTO 6

A Rede Social de Matosinhos, bem como as outras instituições que trabalham com os menores em risco reconhecem a importância do trabalho de proximidade realizado pela Equipa PIES, especialmente a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens e o Tribunal de Família e Menores.

FACTO 7

O conhecimento teórico e empírico da legislação de promoção e protecção e tutelar educativa, bem como do funcionamento da Rede Social de Matosinhos por parte das técnicas é determinante para o sucesso do projecto.



OS SENTIMENTOS

A implementação de um projecto desta natureza com o sucesso comprovado que tem o PIES num espaço de tempo tão reduzido como o de um ano lectivo, exige a tomada de consciência dos factores que para ele são determinantes.

SENTIMENTO 1

As diligências atempadas reduzem os efeitos perniciosos da incapacidade dos familiares que perpetua os danos nefastos à saúde mental dos alunos.

SENTIMENTO 2

A desvalorização da educação e da qualificação por parte das famílias, na sua maioria constituídas por indivíduos com poucos recursos académicos – *analfabetismo funcional* acarreta a mensagem para os filhos de muito baixas expectativas de progressão social a todos os níveis - a cultura de facilitismo e *subsídio-dependência* perpetua ciclos de exclusão ao longo de várias gerações.

SENTIMENTO 3

O contexto escolar em que se desenvolve um projecto desta natureza é determinante para o seu sucesso. No caso do PIES, o envolvimento incondicional de toda a Comunidade Educativa, desde a Direcção até ao pessoal não-docente é fundamental. A aceitação das estratégias e metodologias para lidar com cada processo, bem como a assunção do papel a desempenhar por cada um são determinantes.

SENTIMENTO 4

O reconhecimento social junto de outros técnicos da Comunidade Local do trabalho desenvolvido pela Equipa PIES é catalisador da resolução expedita de situações que, noutras circunstâncias se têm revelado verdadeiros “*tweedledee e tweedledum*”.

SENTIMENTO 5

Os vários anos de experiência profissional de cada uma, com situações de risco mais ou menos elevado, consolidaram competências profissionais e acima de tudo pessoais para lidarem com os constrangimentos e factores psicológicos envolvidos.



pies.lecadobalio@gmail.com
telf. - 229578590

SENTIMENTO 6

A integridade relacional da Equipa PIES, enquanto factor de protecção para as técnicas, é determinante para o sucesso da intervenção, por possibilitar a existência e partilha no dia-a-dia de emoções intensas e exercícios de metacognição.

SENTIMENTO 7

A constatação do desconhecimento genérico dos actores educativos sobre a actuação em situações de risco é factor potenciador da sua manutenção, persistência ou agravamento. Urge formação e supervisão da intervenção na área.



pies.lecadobalio@gmail.com
telf. - 229578590

AS VERDADES

“Há uma anarquia no coração do conservadorismo. Não há maneira de saber qual é a maneira de saber mais próxima da verdade. Cada um tem a sua. Mas decide. E muda de opinião. É livre dentro dos constrangimentos da vida e da lógica e do sentido.”

Miguel Esteves Cardoso

[cit In “As Aventuras de Alice no País das Maravilhas”, 2010]

VERDADE 1

Temos alunos com realidades sócio-familiares, estádios desenvolvimentais e interesses desiguais.

VERDADE 2

Crianças há que sorriem de dor, crianças há com brilho de mágoa nos olhos, como também há crianças que choram de felicidade. Outras crianças ainda, passam despercebidas porque, aparentemente, estão bem.

VERDADE 3

A Escola faz mais sentido se todos os olhares, princípios e fins, buracos, perguntas e respostas alimentarem as participações das anarquias, dos conservadorismos e do conhecimento da compreensão de um e de outros. O polimorfismo do risco faz da Escola o único espaço verdadeiramente promotor, capaz do desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos e das sociedades. Está nela o berço da cidadania, dos direitos humanos e da mudança, pois tem sido nela que se lançam as revoluções civilizacionais da história humana.



pies.lecadobalio@gmail.com
telf. - 229578590

BIBLIOGRAFIA

Carroll, L (2010). *As Aventuras de Alice no País das Maravilhas. Zero a Oito – Marketing Infantil*, Lda: Lisboa.

NOTAS FINAIS

ⁱMARIA DO CÉU MAGALHÃES

Licenciada em Serviço Social pelo Instituto Superior de Serviço Social do Porto.

1985 - Técnica da Câmara Municipal de Matosinhos, integrando os Serviços Municipais de Habitação.

- Coordenadora de Estágios de Serviço Social e Educação Social.

1990 - Técnica da Câmara Municipal de Matosinhos nos Serviços de Acção Social.

- Membro da Equipa de Coordenação da Rede “Droga e Prostituição” do Fórum Europeu para a Segurança Urbana;
- Membro da do Grupo de Trabalho de Implementação dos Projectos-piloto do RMG e da Rede Social.

1993 - Técnica na Comissão de Protecção de Menores desde a sua criação.

- Membro do Grupo de Trabalho para criação do CAT - Matosinhos.
- Membro do Grupo de Trabalho do Projecto “Auto-Estima”.

2001 - Nomeada representante da Autarquia na CPCJ local, assumindo a Presidência da mesma.

- Membro do Grupo Executivo da Rede Social.
- Membro da Equipa de Implementação dos PIEF (PEETI) de Matosinhos

2007 – Integrada na Divisão de Educação e Formação.

ⁱⁱSÓNIA COSTA PINTO

Licenciada em Psicologia pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, com pré-especialização em consulta psicológica de jovens e adultos.

Pós-Graduada em Psicoterapia e Orientação Vocacional, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Mestre em *Consulta Psicológica de Jovens e Adultos* da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação – Universidade do Porto.

1996 - Investigadora da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

- Co-autora de artigos científicos sobre a temática e autora de diversas comunicações nesta área e na sua ligação à Psicologia em Contexto Escolar.

2000 - Psicóloga no Serviço de Psicologia e Orientação da Direcção Regional de Educação do Norte,

- Coordenação dos Núcleos dos Serviços de Psicologia e de Orientação (SPO),
- Consultoria a escolas em situações de risco elevado.

2007 - Psicóloga Coordenadora do Serviço de Psicologia e Orientação do Agrupamento de Escolas de Leça do Balio.

2010 – Membro da Comissão Social de Freguesia de Leça do Balio.